

Opinião

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 PRESIDENTE: Roberto Irineu Marinho
 VICE-PRESIDENTES: João Roberto Marinho - José Roberto Marinho
 PRESIDENTE EXECUTIVO
 Jorge Nóbrega

Valor

é uma publicação da Editora Globo S/A
 DIRETOR GERAL: Frederic Zoghbi Kachar
 DIRETORA DE REDAÇÃO: Vera Brandimarte
 Principais editoriais do Grupo Globo: <http://globo.com.br>

Desvalorização do real tende a ser um ajuste passageiro

Há em todo movimento de grande volatilidade na taxa de câmbio elementos especulativos, que se apoiam em tendências reais para exacerbá-las em uma direção ou outra. Na desvalorização acentuada do real em curso, a razão básica é a maior saída e o menor ingresso de dólares do país. Essa escassez, relativa ao momento anterior, pode ou não ser compensada pela atuação do Banco Central, com instrumentos variados — e há dúvidas, como sempre, se a autoridade monetária usou-os corretamente e na hora certa, ou não. E há também o imponderável. Todos os ministros da área econômica queimaram a língua falando sobre a taxa de câmbio. Paulo Guedes não foi o primeiro, nem será o último. Sua fala em Washington alimentou apostas contra o real e forçou o BC a agir mais intensamente do que possivelmente teria agido na ausência de suas elucubrações.

Como o câmbio no Brasil nunca flutuou livremente, os investidores costumam testar o BC para saber os limites de sua atuação, isto é, descobrir a taxa de câmbio a partir da qual a autoridade monetária se imporia à briga de agir. Na atual onda baixista do real, ao contrário das demais, isso não ocorreu, o que pode indicar que há um consenso implícito de que o dólar tem naturalmente de se valorizar. Discute-se, porém, a adequação da disponibilidade da moeda americana nos mercados à vista e de derivativos — o último muito maior que o primeiro.

Nesse ponto, há aspectos técnicos relevantes, como foi apontado pelo economista-chefe do UBS Brasil, Tony Volpon (Valor, 26 de novembro). As posições vendidas, amparadas pelos swaps do BC, estão se tornando inferiores às compradas, o que tende a puxar o dólar para cima. Os investidores divergem sobre a eficácia das intervenções do BC nos dois mercados e a prova do acerto ou do erro será final a da moderação das variações e, talvez, algum recuo das cotações do dólar. A favor do BC há o fato de que ele deixou claro que não pretende mudar a direção da tendência, mas sua intensidade.

O pano de fundo é uma mudança na disponibilidade de dólares a partir da guinada na política econômica, da posição da moeda americana em um cenário de desaceleração global no qual os EUA ainda crescem mais do que os demais países desenvolvidos, e dos

efeitos da guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo. Pelos dois últimos aspectos, o Brasil foi bastante atingido. A balança comercial deve ter em novembro o primeiro déficit desde fevereiro de 2015. No ano até a quarta semana de novembro, o saldo foi de US\$ 33,8 bilhões, 33,6% menor do que os US\$ 50,9 bi do mesmo período de 2018. Há redução do comércio mundial nestes números e há também a crise da América Latina. A redução do superávit com Argentina, Paraguai e Uruguai explica um terço da diminuição de US\$ 17 bilhões no resultado global. O restante fica por conta dos Brics (US\$ 3,5 bilhões), EUA e países europeus, em especial Alemanha.

O ingresso de recursos pelo câmbio comercial caiu US\$ 26 bilhões até outubro ante os dez meses de 2018. O câmbio financeiro teve déficit de US\$ 14 bilhões, totalizando US\$ 40 bilhões que poderiam estar por aqui e não estão. Não é pouco dinheiro. O déficit em transações correntes subiu a 3% do PIB no mês passado, ante 2% um ano atrás. Outros fatores interagiram nesta conta, além do apontado pelo BC, de troca de dívida externa por interna, mais barata.

Assim como este fator, vários têm relação direta com a queda forte dos juros reais no país. O Brasil deixou de ser apostado segura e lucrativa para o carry trade, com os ganhos se reduzindo à medida do encolhimento da Selic. O investimento direto no país não caiu, mas mudou de qualidade. Os empréstimos intercompanhia diminuíram US\$ 15 bilhões em relação ao período janeiro-outubro de 2018. Parte dele, antes, aproveitava-se do diferencial de juros absurdo entre Brasil e os vigentes na zona do euro e EUA. O custo muito menor dos empréstimos de matrizes para filial, também para baratear a produção, deixa aos poucos de existir.

Não há qualquer sinal sério de problemas nas contas externas e sim um ajuste do câmbio a um mix diferente de política econômica. Mas há sinais ruins. O déficit em conta corrente aumentou, mesmo com a economia se arrastando lentamente em direção a um crescimento de 1%, pelo terceiro ano consecutivo. A corrida do câmbio pode interromper a correção baixista dos juros em 2020. Nada, porém, que fuja à possibilidade de controle pelos instrumentos de que dispõem o BC — fora de controle estão os ruídos causados por membros do governo.



Reciclar ideias e criar slogans não irá diminuir o desmatamento da Amazônia. Por **Maurício Voivodic**

Ambientalismo de resultado

Em resposta ao fato de que tivemos a maior área de desmatamento da Amazônia dos últimos 11 anos, comprovada pelos dados do sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, declarou recentemente que o governo pretende fazer "ambientalismo de resultado", denotando uma suposta nova fase de atuação. Além de só agora, onze meses depois de assumir a pasta, Salles anunciar que irá fazer algo no combate ao desmatamento, a expressão inclui uma confusão de conceitos, soando a falácia.

Ambientalismo é o termo utilizado para movimentos sociais de defesa do meio ambiente. Ele não cabe entre as atribuições do Poder Executivo, que executa políticas públicas para o meio ambiente. Juntos, ambientalismo e políticas ambientais trazem excelentes resultados, como já comprovado no passado, quando o desmatamento da Amazônia foi três vezes maior do que hoje e, apesar disso, foi reduzido às menores taxas de nossa história. Já os resultados pretendidos pelo atual Ministério do Meio Ambiente (MMA) ainda carecem de demonstração de que realmente servem à proteção do meio ambiente.

Por outro lado, um conceito expresso pelo ministro é absolutamente correto: é preciso, sim, incluir para preservar. Melhorar a vida das pessoas que vivem na Amazônia, por meio de atividades econômicas que não resultem do desmatamento, é realmente a melhor forma de protegê-la. Porém dois detalhes escapam ao ministro: a inclusão não se dá pela tolerância à ilegalidade, como tem acontecido até agora, nem pelo avanço de atividades intensivas em capital e excludentes da população, como óleo e gás, mineração e o grande agronegócio.

Outro detalhe que parece ter faltado à atenção do ministro Ricardo Salles é que esta não é uma ideia nova. Há mais de vinte anos se discute esse assunto. Dezenas de iniciativas, em geral promovidas por ONGs em parcerias com associações de produtores locais, vêm alcançando resultados significativos.

Para citar apenas algumas: os projetos do Instituto Socioambiental (ISA) com comunidades

extrativistas na Terra do Meio e com indígenas no Xingu e no Rio Negro; do Saúde e Alegria, no Tapajós; do Instituto Mamirauá e da Fundação Vitória Amazônica, no Solimões; toda a longa história de projetos extrativistas, inclusive madeireiros, no Acre, apoiados pelo WWF-Brasil, Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), Comissão Pró-Índio do Acre (CPI), SOS Amazônia, Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (Cooperfloresta), e vários outros parceiros.

E ainda a bela iniciativa chamada Origens Brasil, promovida pelo Imaflorea e ISA e recentemente premiada pela ONU, que faz a ponte dos produtos extrativistas de territórios da sociobiodiversidade com os mercados, ao mesmo tempo que conta a história do produto ao consumidor final. Todas essas iniciativas alcançaram resultados significativos de aumento na geração de renda, melhoria de qualidade de vida e proteção das florestas e da biodiversidade.

O que se espera de um governo não é reinventar a roda, mas reconhecer as experiências já feitas para potencializá-las

No campo da produção agropecuária, o projeto Novo Campo, iniciado pelo Instituto Centro de Vida (ICV) e agora conduzido pela empresa Peca, de intensificação da pecuária em áreas de pastagem degradada, demonstrou ser possível alcançar um lucro seis vezes maior, produzindo quatro vezes mais carne por hectare, ao mesmo tempo em que as emissões são reduzidas em 90%.

Já a Moratória da Soja, estabelecida há três anos por uma inesperada coalizão de empresas, ONGs e governo, fez com que a exportação dessa importante commodity brasileira se tornasse praticamente livre de desmatamento, potencializando o produto nacional, abrindo e consolidando mercados globais, ao mesmo tempo em que não impediu a expansão do grão sob áreas já desmatadas.

Está, portanto, bastante claro que é possível fazer ambientalismo de resultado na Amazônia. É possível combinar atividades produtivas, negócios, geração de renda, melhoria de qualidade de

vida e proteção da floresta e da biodiversidade.

Se os resultados de todas essas iniciativas ainda são majoritariamente locais ou regionais, e não ganharam escala suficiente para estabelecer uma nova trajetória de desenvolvimento para toda a Amazônia, isso não significa que não estão dando certo. A sociedade civil não detém os meios, e nem a responsabilidade, de resolver problemas estruturantes de uma determinada região ou setor. Esse papel cabe ao Estado, por meio de políticas públicas — aqui, sim, o MMA pode atuar de forma construtiva e não da maneira desastrosa como tem agido, desmontando instrumentos e instâncias de governança ambiental. À sociedade civil cabe assumir parte dos riscos, testando inovações, desenvolvendo e testando modelos, e demonstrando os caminhos e os gargalos para que as soluções possam ganhar escala via políticas públicas e apoio do setor privado.

O que se espera de um governo não é reinventar a roda, mas sim reconhecer as experiências já realizadas para potencializá-las. Só por meio de vontade política, regulamentação, investimentos públicos e privados, que essas soluções desenvolvidas localmente ganharão escala, podendo assim alterar a atual trajetória de desenvolvimento na Amazônia.

Reciclar ideias e criar slogans não irá diminuir o desmatamento da Amazônia, nem conseguirá estabelecer uma rota de desenvolvimento sustentável para a região. Menos ainda se, ao mesmo tempo, promove-se a legalização de atividades ilegais, a invasão de terras indígenas por garimpeiros, a grilagem por meio do absurdo conceito de autodeclaração e o constrangimento de funcionários públicos responsáveis pela fiscalização ambiental.

Também em nada ajuda acabar com o Fundo Amazônia, que há anos vem alcançando resultados significativos em bioeconomia, fiscalização, regularização fundiária e ordenamento territorial — "coincidentemente", os mesmos pilares de ação defendidos pelo ministro em suas singelas declarações de como reduzir o desmatamento.

Maurício Voivodic é engenheiro florestal e mestre em Ciência Ambiental pela USP. Foi secretário executivo do Imaflorea e hoje é diretor executivo do WWF-Brasil.

Diretora Adjunta de Redação Claudio Sertão claudio.sertao@valor.com.br	Graciella Valério graciella.valerio@valor.com.br	Editor de Agronegócios Fernando Lopes fernando.lopes@valor.com.br	Editora Valor Online Paula Datto paola.datto@valor.com.br
Editor executivo de Opinião José Roberto Góes joze.roberto.goes@valor.com.br	Julia Ripa julia.ripa@valor.com.br	Editor de Finanças Alexandra Dell'Abate alexandra.dellabate@valor.com.br	Editora Valor PBO Luiziana Pello luizianapello@valor.com.br
Editor executivo Gilla de Gouveia Franco gillafranco@valor.com.br	Maria Luiza Figueiras marialuizafigueiras@valor.com.br	Editora de Valor Investe Fernando Torres fernando.torres@valor.com.br	Coordenador Vitor Datta vitor.datta@valor.com.br
Cláudio Romano claudio.romano@valor.com.br	Mark Oliver markoliver@valor.com.br	Editor de S.A. Nelson Nêro nelson.nero@valor.com.br	Editor de Projetos Especiais Cika Rosenblum cikarosenblum@valor.com.br
Christofero christofero@valor.com.br	Editora de Brasil Catherine Vieira catherinevieira@valor.com.br	Editor de Cultura Rodrigo Borges rodrigo.borges@valor.com.br	Correspondentes internacionais Ariane Moreira (Genebra) ariane.moreira@valor.com.br
Vanessa Adani vanessa.adani@valor.com.br	Editora de Política César Felício cesar.felicio@valor.com.br	Editora de Legislação Zena Datta zena.datta@valor.com.br	Correspondentes nacionais Marcos de Moraes e Souza (São Horizonte) marcosfm@valor.com.br
Chefe de Redação em Brasília Fernando Estanislau fernando.estanislau@valor.com.br	Editora de Internacional Humberto Saccomandi humberto.sacomandi@valor.com.br	Editora de Tecnologia & Consumo e Tecnologia Cynthia Müller cynthiamuller@valor.com.br	Editor de Artes/ Fotografia Matias Roberto Neto matias.roberto@valor.com.br
Chefe de Redação no Rio Francisco Góes francisco.goes@valor.com.br	Editora de Tênis e Esportes Cynthia Müller cynthiamuller@valor.com.br	Editor de Indústria e Infraestrutura Ivo Ribeiro (Rio Branco) ivo.ribeiro@valor.com.br	Editor de TI Roberto Martins Portella Filho robertoportella@valor.com.br
Repórteres Especiais Aline Ribeiro (Rio de Janeiro) aline.ribeiro@valor.com.br	Editora de Saúde Cynthia Müller cynthiamuller@valor.com.br		
Cláudio Romano claudio.romano@valor.com.br			
Daniel Sittler (Rio de Janeiro) daniel.sittler@valor.com.br			
Christofero christofero@valor.com.br			
Daniela Chareli daniela.chareli@valor.com.br			
Cláudio Sertão claudio.sertao@valor.com.br			
Diretor de Eventos e Seminários Carla Raiter (São Carlos) carla.raiter@valor.com.br			

Filado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANU (Associação Nacional de Jornais)
 Valor Econômico: Av. 9 de Julho, 5279 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP - Telefone 0xx 11 3767.1000
 Departamento de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0xx 11 3767.3012 RJ: 0xx 21 2521.1414 DF: 0xx 61 3217.3333
 Legal SP 0xx 3267.1223
 Redação 0xx 11 3767.1000. Endereço eletrônico: www.valor.com.br
 Sucursal de Brasília: SCN Quadra 05 Bloco A-5-0 - Brasília Shopping - Torre S4 - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70715-900
 Sucursal do Rio de Janeiro: Rua Marques de Pombal, 25 - Nível 2 - Bairro Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20230-200

Publicidade - Outros Estados
 SA-SC-PR-PE e Região Norte
 Cont: Cláudio Góes e
 Representação
 Tel: (11) 3042.2205

MS-ES - Sul-Paraguai
 Tel: (11) 3042.2205
 Tel: (11) 3042.2205 (044)

PI-SE - Soluções Estratégicas em Comunicação
 Tel: (11) 3042.2205

RS - M&M Representações
 Tel: (11) 3042.2205
 Tel: (51) 3042.2205

SP - Mercados & Conexões
 Tel: (11) 3042.2205
 Tel: (11) 3042.2205

Para envio de assinaturas e atendimento ao assinante ligue: 0800 701 8888 de segunda a sexta das 07h00 às 17h00
Assinaturas e Valor.com.br - atendimento@valor.com.br. Para assinaturas corporativas e mail: corporate@valor.com.br.
 Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega do seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.
 Preço de assinatura anual (sem impostos e digitais) para regiões: Sudeste, Distrito Federal e Rio de Janeiro: R\$ 113,00 ou R\$ 92,90 (sem impostos).
 Demais localidades, consultar o atendimento ao assinante. Tel: 0800 701 8888. Cargo tributário aprovado: 3,65%.